ATA DA 84ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de OUTUBRO de 2013

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e treze, às nove
2 horas e trinta minutos, na sala de reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, reuniram-se
4 para a 84ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do
5 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a
6 Presidência da **Dra. Antônia Simone Magalhães Oliveira**, Vice-
7 Presidente do CEG/FDID, representando a Procuradoria Geral do
8 Estado - **PGE**, as Conselheiras e Conselheiros adiante indicados:
9 **Dr. Diêgo Lima de Oliveira**, representando o Conselho de
10 Políticas e Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Stela Silvia**
11 **Ponte Soares**, representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia
12 e Ensino Superior - **SECITECE**; **Dra. Rimena Alves Praciano**,
13 representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**;
14 **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**, representando a 2ª
15 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano -
16 **PJMA**; **Dra. Vanja Fontenele Pontes**, representando o Centro de
17 Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente,
18 Paisagismo, Patrimônio Histórico e Cultural - **CAOMACE**; **Dra. Ann**
19 **Celly Sampaio Cavalcante**, representando o Programa Estadual de
20 Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**; **Dra. Diana da Cunha**
21 **Moura**, representando a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
22 - **SEFAZ**; **Dra. Anny Soares Oliveira**, representando a Secretaria
23 do Turismo do Estado do Ceará - **SETUR** e **Dra. Maria Leinad**
24 **Vasconcelos Carbogim**, representando a Fundação Brasil Cidadão
25 para Educação, Cultura e Tecnologia - **FBC**. Justificou ausência:
26 o representante da Procuradoria Geral de Justiça - **PGJ**; o
27 representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - **AL**.
28 Faltou: o representante da Secretaria da Cultura do Estado do
29 Ceará - **SECULT**. Sem representação: 2 (duas) ONG's. **Dra. Antônia**
30 **Simone Magalhães Oliveira** - Cumprimentou a todos os presentes e
31 em seguida, verificando o quorum, deu início a 84ª Reunião
32 Ordinária do CEG/FDID. Informou ao Conselho o nome do novo
33 representante da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e
34 Planejamento Urbano, Dr. José Francisco de Oliveira Filho,
35 substituindo o Dr. Raimundo Batista de Oliveira que cumpriu o
36 mandato regulamentar conforme previsto no Regimento Interno do
37 CEG/FDID, desejando-lhe boas vindas. Em seguida passou para
38 primeiro item da pauta - deliberação sobre a ata da 82ª Reunião
39 Ordinária, realizada no dia 08/07/2013. Perguntou se todos os
40 membros haviam recebido por e-mail a ata. Todos afirmaram que
41 sim. Em seguida colocou a mesma em discussão facultando a
42 palavra a todos. Não tendo sido solicitado nenhum
43 esclarecimento, colocou-a para deliberação. **Dr. Diêgo Lima de**
44 **Oliveira** - Aprovou. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Aprovou. **Dra.**
45 **Ann Celly Sampaio Cavalcante** - Aprovou. **Dra. Diana da Cunha**
46 **Moura** - Aprovou. **Dra. Anny Soares Oliveira** - Aprovou. **Dra. Maria**
47 **Leinad Vasconcelos Carbogim** - Aprovou. **Dr. José Francisco de**
48 **Oliveira Filho** - Aprovou. A ata foi aprovada. **Dra. Antônia**

ATA DA 84ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de OUTUBRO de 2013

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

49 **Simone Magalhães Oliveira** - Prosseguiu a reunião com o segundo
50 item da pauta - Apresentação do demonstrativo financeiro dos
51 valores recolhidos ao FDID, referente ao mês de setembro de
52 2013. A Presidência solicitou à **Dra. Diana Cunha Moura**,
53 representante da SEFAZ, que fizesse a conferência dos
54 demonstrativos. Após a conferência, a Dra. Diana afirmou que os
55 valores estavam corretos. A matéria foi posta em discussão e em
56 seguida em votação. **Dr. Diêgo Lima de Oliveira** - Aprovou. **Dra.**
57 **Rimena Alves Praciano** - Aprovou. **Dra. Ann Celly Sampaio**
58 **Cavalcante** - Aprovou. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Aprovou. **Dra.**
59 **Anny Soares Oliveira** - Aprovou. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos**
60 **Carbogim** - Aprovou. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** -
61 Aprovou. Foi aprovado o demonstrativo financeiro referente ao
62 mês de setembro de 2013. **Dra. Simone Magalhães Oliveira** - Passou
63 ao terceiro item da pauta - Deliberação sobre a prestação de
64 contas do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário nº
65 01/2002, firmado entre o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do
66 Estado do Ceará, através do Conselho Estadual Gestor do FDID e a
67 Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, referente
68 ao projeto "Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da
69 Informação da FUNCEME". Informou que o processo estava
70 disponível para consulta dos Conselheiros, tendo sido os
71 relatórios de prestação de contas encaminhados por e-mail a
72 todos os Conselheiros. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Considerou o
73 relatório da Secretaria Executiva muito conciso, com histórico e
74 objetivo resumidos, como também o relatório técnico de vistoria,
75 elaborado pelo Núcleo de Tecnologia da PGJ atestando que as
76 especificações estão de acordo com o projeto que foi aprovado
77 pelo Conselho, considerando, assim, aprovada a prestação de
78 contas final do projeto da FUNCEME. **Dra. Antônia Simone**
79 **Magalhães Oliveira** - Falou que consultando a prestação de contas
80 observou que a mesma está muito bem feita e elaborada, assim
81 como o relatório da Secretaria Executiva do Conselho Gestor do
82 FDID. Não tendo sido solicitado nenhum esclarecimento por parte
83 dos Conselheiros, colocou a matéria para deliberação. **Dr. Diêgo**
84 **Lima de Oliveira** - Aprovou. **Dra. Rimena Alves Praciano** -
85 Aprovou. **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** - Aprovou. **Dra. Diana**
86 **da Cunha Moura** - Aprovou. **Dra. Anny Soares Oliveira** - Aprovou.
87 **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - Aprovou. **Dr. José**
88 **Francisco de Oliveira Filho** - Aprovou. À unanimidade dos
89 votantes, foi aprovada a prestação de contas do Projeto
90 "Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da
91 FUNCEME", TDCO nº 01/2012. **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** -
92 Indagou se por ocasião da vistoria nos equipamentos foi
93 verificado se nos mesmos constava o mesmo número da série da
94 nota fiscal e se houve a conferência da nota com o equipamento.
95 **Dra. Antônia Simone Magalhães Oliveira** - Falou que no item 5 do
96 relatório técnico financeiro, assinado pela Dra. Gladys Furtado

97 Brasil fala da conferência das notas fiscais nºs 17405 e 17772,
98 acreditando esta que foi conferida. Prosseguiu a reunião
99 passando ao último ponto. Deliberação sobre a solicitação da
100 Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, contida no
101 ofício nº 6925/2013/GS/DIFIS, referente ao projeto "Mitigação do
102 Aquífero no bairro Centro de Fortaleza em decorrência da
103 poluição ambiental causada por produtos derivados do petróleo
104 (BTEX)", Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário nº
105 01/2013. A SEMACE solicitou a alteração do plano de trabalho do
106 projeto no que concerne aos Cronogramas de Execução e de
107 Desembolso, conforme especificações e justificativas anexadas ao
108 processo. A palavra foi passada às representantes da SEMACE para
109 falar sobre o pedido, no entanto não foi apresentado o plano de
110 trabalho a ser executado em sua totalidade. Sobre a solicitação
111 foi ouvida a Assessoria do Procurador-Geral que, em suma, se
112 manifestou: "...tem-se a afirmar que, em tese, é possível a
113 alteração do Plano de Trabalho proposta pela Superintendência
114 Estadual do Meio Ambiente-SEMACE, entretanto, nos termos do art.
115 5º da Lei Complementar nº 46/2004, caberá submeter a proposta ao
116 crivo do Conselho Gestor do FDID, a quem compete analisar as
117 razões deduzidas no período e a adequabilidade do novo
118 cronograma proposto". **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** -
119 Indagou porque a alteração no cronograma de desembolso se deu
120 apenas na contrapartida do proponente. As representantes da
121 SEMACE não souberam informar e disseram que iriam levar a
122 indagação para a SEMACE. O Conselho Gestor sugeriu que a SEMACE
123 apresentasse o plano de trabalho completo com as adequações
124 sugeridas para que fosse deliberado na próxima reunião do
125 CEG/FDID a ser realizada no mês de novembro. **Dra. Antônia Simone**
126 **Magalhães Oliveira** - Facultou a palavra para quem dela quisesse
127 fazer uso. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Falou sobre a criação
128 da comissão para realizar estudo dos instrumentos legais de
129 apresentação de projetos com vista à revisão da legislação do
130 FDID. Disse que o Conselho precisava fazer com que as entidades
131 se habilitassem da maneira adequada e de maneira correta, pois é
132 tarefa do Conselho. Falou ainda que se elas não estão se
133 habilitando é porque existe algo na comunicação que está
134 faltando. Sobre a prestação de contas dos projetos, disse que o
135 CONPAM estava com prestações de contas parciais atrasadas, e que
136 alguma coisa precisava funcionar direito. Que o Ministério
137 Público, PGE e SEFAZ são órgãos de controle. A PGE controla a
138 legalidade, a constitucionalidade dos atos do Estado. E dentre
139 os atos do Estado estão os recursos do FDID. A Secretaria da
140 Fazenda fiscaliza também a aplicação desses recursos. Disse
141 ainda que o Conselho precisava repensar todas as medidas ou
142 práticas para facilitar a apresentação de projetos pelas
143 entidades. Que este ano o Conselho conseguiu aprovar mais um
144 pouquinho do que no ano passado, mas ainda havia muito dinheiro

145 para ser utilizado. Afirmou que o Conselho tem que falar e fazer
146 o que tem de ser feito. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** -
147 Pediu uma parte para dizer que já participou deste Conselho,
148 passou três anos fora, e esse questionamento da Dra. Vanja
149 quanto a aprovação de projetos já era discutido. Falou que o
150 Conselho precisava repensar sobre o assunto e aproveitar uma das
151 reuniões para tratar somente disso. **Dra. Vanja Fontenele Pontes**
152 - Sugeriu que a comissão funcionasse. **Dra. Diana da Cunha Moura**
153 - Falou que era exatamente sobre isso o que ela iria falar. Que
154 nas últimas reuniões foi criada uma comissão, e ela estava
155 tentando fazer alguma coisa, mas as atividades de cada um
156 estavam atrapalhando. Falou que trabalhava na SEFAZ, mas teve
157 que se afastar da comissão porque não tinha como trabalhar na
158 assessoria jurídica do seu órgão e vir para o Ministério
159 Público. Mas que a comissão está tentando. Falou da tentativa de
160 realizar o seminário, mas não deu certo. Concordou ser uma
161 excelente ideia o Conselho realizar uma reunião para discutir
162 essas questões. Falou ainda que na última reunião propôs que,
163 dependendo do avanço dos trabalhos da comissão, que não fosse
164 lançado edital esse ano para o Conselho não passar pelo mesmo
165 problema na deliberação dos projetos. **Dra. Rimena Alves Praciano**
166 - Informou que a comissão já havia se reunido e na reunião
167 passada foi trabalhada a minuta de alteração da Lei e Decreto, e
168 que faltou terminar o trabalho de sugestão de alteração do
169 Manual Básico que é aonde a comissão vai se deter mais. Foram
170 realizadas pesquisas em outras legislações nacionais e em outros
171 fundos e não foi encontrado, em nenhum deles, nada que
172 permitisse a transferência de recursos para a aquisição de bens
173 de capital para entidades civis sem fins lucrativos. Falou da
174 presença na reunião de representante da Fundação Brasil Cidadão
175 que trouxe um documento do Ministério do Meio Ambiente que libera
176 até 20% (vinte por cento) do valor do projeto apresentado para
177 financiar despesas de bens de capital para essas entidades.
178 Disse que é aí aonde o Conselho se amarrava, por conta dos
179 equipamentos de informática, quando estes fazem parte da
180 composição das despesas. Falou ter reivindicado na reunião
181 passada a presença de um Promotor ou Promotora de Justiça para
182 compor essa comissão, pois estavam sugerindo alteração na
183 legislação sem a presença de um Promotor, como também solicitou
184 a disponibilização de um lugar que os abrigassem quando da
185 realização das reuniões. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Colocou à
186 disposição o seu gabinete. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Falou da
187 falta que a colega Diana, representante da SEFAZ, está fazendo
188 nessa comissão e que na questão financeira era sentida a falta
189 de um representante da SEFAZ. Disse que quanto a questão da
190 habilitação jurídica ela e o Dr. Leo, Promotor de Justiça,
191 enxugaram a documentação a ser apresentada nessa fase. Sugeriu
192 que fosse realizada uma consulta à Secretaria da Controladoria

193 para saber da possibilidade de se fazer repasse de recursos para
194 financiar bens de capital para entidades civis. **Dra. Ann Celly**
195 **Sampaio Cavalcante** - Ofereceu um espaço no DECON para a
196 realização das reuniões da comissão, ficando acertado que a
197 próxima seria naquele órgão. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Disse
198 que quanto a falta de um representante do Ministério Público,
199 ela já estava se organizando para discutir esse tipo de assunto
200 e dar a sua colaboração. Indagou se constituiria alguma
201 ilegalidade fazer constar no Edital de projetos que a entidade
202 poderia obter bens de capital obedecendo ao limite de 20% do
203 valor do projeto. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Falou que,
204 primeiro, o Conselho teria que alterar o Manual Básico, pois
205 esse vedava. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Falou que não era
206 difícil de alterar o Manual Básico, mas sim a Lei. **Dra. Rimena**
207 **Alves Praciano** - Informou que a Lei e o Decreto que criou o FDID
208 não falam nisso. São omissos. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
209 Indagou se a Lei 8.666 proibia. Sugeriu também que fosse
210 solicitada à Secretaria da Controladoria alguém para vir na
211 próxima reunião do Conselho fazer essa análise. E disse: "Porque
212 se não constituir nenhuma ilegalidade poderemos colocar no nosso
213 Edital. E facilitaria demais para quem se habilita a propor
214 projeto". **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** - Sugeriu que a
215 Comissão suscitasse a Secretaria da Controladoria para se
216 manifestar sobre essa dúvida. A comissão instava a Controladoria
217 e essa se manifestaria. **Dra. Antônia Simone Magalhães Oliveira** -
218 Disse que poderia fazer um estudo comparativo para saber se
219 realmente isso era possível, mas gostaria de ter a legislação do
220 FDID, pois pelo conhecimento que tinha por meio das atas esses
221 procedimentos estavam sendo engessados pelo regulamento e pela
222 lei, impedindo que se atingisse o objetivo do fundo. **Dra. Diana**
223 **da Cunha Moura** - Falou que ainda tinha outra questão. Que na
224 última ou penúltima reunião do FDID foi solicitada a formação da
225 Secretaria, pois só tinha a Ivonete que parecia que não estava
226 no cargo, e o Ministério Público ainda não havia se pronunciado
227 acerca disso. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Informou que o
228 Conselho mandou para o Procurador-Geral ofício solicitando a
229 criação da Secretaria, e este estava aguardando a palavra do
230 Procurador-Geral. Sugeriu que fosse marcada uma reunião, e se
231 nessa reunião for terminado tudo e der tudo certo o edital será
232 lançado. Se não, o Conselho baixaria uma Resolução alterando o
233 lançamento do edital. Voltou a indagar se era lícito constar a
234 liberação de recursos para aquisição de bens de capital para
235 entidades sem fins lucrativos. Falou que no caso de poder estava
236 tudo bem. Se não, se foi uma falta de iniciativa ou preciosismo,
237 achava que o Conselho poderia quebrar esse paradigma. **Dra. Diana**
238 **da Cunha Moura** - Informou que o setor especializado dentro da
239 Secretaria da Fazenda para dar essa resposta é a Coordenadoria
240 do Tesouro Estadual, onde trabalha a Dolores que tem toda

241 condição, pois a mesma cuida da questão contábil e financeira.
242 **Dra. Diana da Cunha Moura** - Falou que o Conselho tinha que
243 resolver a questão da SEMACE. **Dra. Antônia Simone Magalhães**
244 **Oliveira** - Perguntou se todos aprovavam que a deliberação da
245 solicitação da SEMACE ficasse para a próxima reunião do
246 Conselho. Todos aprovaram. Falou que a pauta da reunião estava
247 encerrada e que quem tivesse algum assunto a tratar que ficasse
248 à vontade. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Falou aos Conselheiros
249 que no ano passado o Conselho do FDID tomou para si a causa dos
250 agrotóxicos, e que isso surgiu de um projeto apresentado pelo
251 CONPAM quando o servidor daquele Conselho, Flávio, esteve aqui
252 participando de uma reunião do Conselho e declarou que todos os
253 alimentos do Ceará estão contaminados com agrotóxicos, deixando
254 todos estarecidos. A partir daí, este Conselho resolveu
255 enfrentar essa questão e criou uma comissão colocando-a a frente
256 para conduzir esse processo. Informou que foi celebrado um Termo
257 de Ajustamento de Conduta com as entidades revendedoras, pois
258 legalmente a obrigação de recolher as embalagens vazias é delas.
259 Neste Termo as entidades se comprometeram até o final de 2013 a
260 construir duas unidades de recolhimento de embalagens de
261 agrotóxicos no estado do Ceará. Uma na Serra Grande e a outra na
262 Região do Baixo Apodi, no município de Limoeiro. Que até o final
263 deste ano, duas unidades fixas e duas móveis serão construídas,
264 e que até o final de 2014. Pelo menos mais duas. Informou que as
265 associações estão mantendo a comissão atualizada passo a passo
266 das providências adotadas. Informou que o dinheiro para a
267 construção das duas unidades, como também os terrenos onde serão
268 construídas já estão disponíveis. Falou ainda que junto a esse
269 mesmo Termo de Ajustamento, as associações se comprometeram a
270 financiar uma capacitação para os produtores e agricultores. O
271 modelo dessa capacitação será discutido com o pessoal do CONPAM,
272 que apresentará na reunião marcada para o dia 30 do corrente
273 mês. O CONPAM sugeriu incluir outras pessoas, outros agentes
274 parceiros nessa capacitação, já estando nessas tratativas.
275 Informou também a realização de duas grandes fiscalizações que
276 foram alvo de notícias. Foi realizada uma reunião no Ministério
277 da Agricultura para organizar a última fiscalização deste ano,
278 que provavelmente será realizada no mês de novembro. Após esta,
279 será realizada um reunião aqui no Ministério Público onde será
280 apresentado o calendário de fiscalização para o próximo ano.
281 Este calendário não será divulgado porque a fiscalização tem o
282 cunho de surpreender. Junto com esse processo foi acelerada a
283 criação da lei, e o colega do CONPAM poderá falar mais a
284 respeito dela. A lei define as competências de cada órgão muito
285 claramente evitando a repetição de esforços. Disse que na
286 reunião realizada no Ministério da Agricultura foi falada a
287 questão da rastreabilidade e que a Secretaria da Saúde, através
288 da Vigilância Sanitária irá fazer dia 30 uma apresentação dessa

ATA DA 84ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de OUTUBRO de 2013

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

289 ratreabilidade, que contará com a sua participação e a da Dra.
290 Anny Celly. Falou que a SEFAZ está fazendo fiscalização, mas
291 não está indo com o grupo. Está indo antes, ou seja, está
292 anunciando a fiscalização. Disse ser essa a nota negativa. E que
293 por a SEFAZ não ter participado dessa fiscalização ela irá,
294 pessoalmente, falar com o Secretário João Maia para que ele
295 converse com o pessoal para pedir que este se integre ao grupo,
296 inclusive participando da próxima reunião de planejamento que
297 será realizada na próxima semana. O grupo disse, em reunião, que
298 essa fiscalização que é feita por todos os órgãos envolvidos é
299 para chamar a atenção, para impactar, para causar temor mesmo.
300 Após esta, serão feitas fiscalizações individuais de cada setor:
301 a SEMACE para os agricultores, a ADAGRI para os produtores...
302 Eles disseram ainda que as grandes fiscalizações têm dado bons
303 resultados, na medida em que as fiscalizações menores, quando
304 chegam, chegam com outra moral. Os fiscalizados estão mais
305 temerosos, mais docéis, não estando mais resistindo àquela
306 fiscalização; não estão debochando como muitos fizeram no
307 começo, antes das grandes fiscalizações. Disse ter ficado
308 impressionada com esse depoimento dos participantes da operação
309 e dos resultados dessas. Informou que no próximo ano serão
310 quatro grandes fiscalizações cuja coordenação será do CONPAM.
311 Comentou que não é o avanço que pretendiam e queriam, mas que no
312 próximo ano já tem uma programação estipulada. Que este ano as
313 ações foram realizadas na medida dos acontecimentos, mas que no
314 próximo ano ela já será planejada e organizada. Disse que era só
315 isso, e agradeceu. **Dr. Dra. Antônia Simone Magalhães Oliveira -**
316 Indagou se alguém mais tinha algum ponto a esclarecer. Comentou
317 sobre a elaboração da ata, que ela era feita integralmente,
318 demandando muito tempo da Secretaria Executiva para que fosse
319 transcrita. **Dra. Rimena Alves Praciano -** Sugeriu que o Conselho
320 assinasse uma ata resumida, e caso surgisse alguma dúvida seria
321 consultado o arquivo em áudio. A proposta foi aceita por todos
322 os Conselheiros. **Dra. Antônia Simone Magalhães Oliveira -**
323 Indagou se mais alguém queria fazer uso da palavra. Como não
324 houve manifestação, agradeceu a presença de todos declarando
325 encerrada a sessão, da qual eu, _____
326 Maria Ivonete Batista Albuquerque, Secretaria Executiva do
327 CEG/FDID, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada,
328 vai ser devidamente assinada.

329
330
331

Antônia Simone Magalhães Oliveira
Vice-Presidente do CEG/FDID

ATA DA 84ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 14 de OUTUBRO de 2013

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

Diêgo Lima de Oliveira

Conselheiro - **CONPAM**

Stela Silvia Ponte Soares

Conselheira - **SECITECE**

Rimena Alves Praciano

Conselheira - **SESA**

José Francisco de Oliveira Filho

Conselheiro - **PJMA**

Vanja Fontenele Pontes

Conselheira - **CAOMACE**

Ann Celly Sampaio Cavalcante

Conselheira - **DECON**

Diana da Cunha Moura

Conselheira - **SEFAZ**

Anny Soares Oliveira

Conselheira - **SETUR**

Maria Leinad Vasconcelos Carbogim

Conselheira - **FBC**